Câmara Mun de Pato Branco
Fls 747

Câmara Municipal de Pato Branco
Estado do Paraná

ATA Nº 86/2014

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ

Aos 19 (dezenove) dias do mês de novembro de 2014, com início às 18 horas, realizou-se mais uma Sessão Ordinária do Poder Legislativo do Município de Pato Branco, Sessão Legislativa do ano de 2014, contando com a presença e participação dos vereadores Augustinho Polazzo - PROS, Claudemir Zanco - PROS, Clóvis Gresele - PP, Enio Ruaro - PR, Geraldo Edel de Oliveira - PV, Guilherme Sebastião Silverio - PROS, José Gilson Feitosa da Silva - PT, Laurindo Cesa - PSDB, Raffael Cantu - PCdoB e Vilmar Maccari - PDT. Havendo quórum legal, sob a presidência do vereador Guilherme Sebastião Silverio - PROS, foi aberta a sessão com a leitura de um trecho bíblico feito pelo vereador Vilmar Maccari - PDT. Em seguida, o 1° Secretário, vereador Geraldo Edel de Oliveira - PV fez a leitura da Ata nº 85/2014, da Sessão Ordinária do dia 17 (dezessete) de novembro de 2014, a qual foi aprovada por unanimidade dos vereadores presentes. Ausente a vereadora Leunira Viganó Tesser - PDT. Após a leitura da ata, foi feito um minuto de silêncio, de acordo com o inciso IV do art. 86 do Regimento Interno, a pedido do vereador Vilmar Maccari - PDT, pelo falecimento de Jaci Marcos da Silva. Prosseguindo, fez a leitura das correspondências recebidas: Ofício nº 111/2014/DPM, datado de 17 de novembro de 2014, assinado pela Diretora do Departamento de Programas e Metas da prefeitura de Pato Branco, Márcia Fernandes de Carvalho, em resposta ao ofício nº 503/2014, de autoria dos vereadores Claudemir Zanco - PROS, Clóvis Gresele - PP, Geraldo Edel de Oliveira - PV, Guilherme Sebastião Silverio - PROS e Leunira Viganó Tesser - PDT. Ofício nº 312/2014-URPB, datado de 6 de novembro de 2014, assinado pelo Gerente Regional da Unidade de Pato Branco da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), Aderbal Luiz Roncatto, em resposta ao ofício nº 502/2014, de autoria dos vereadores Clóvis Gresele - PP, Enio Ruaro - PR, Geraldo Edel de Oliveira - PV, Leunira Viganó Tesser - PDT e Vilmar Maccari - PDT. Convite enviado pelo Comandante do 3° Batalhão de Polícia Militar, Tenente-Coronel Éveron Cesar Puchetti Ferreira e pelo Promotor de Justiça da Comarca de Pato Branco/PR, Vitório Alves da Silva Júnior, para audiência pública sobre divulgação de procedimento administrativo padrão para autorização para eventos nos municípios de Pato Branco, Bom Sucesso do Sul, Itapejara D'Oeste e Vitorino. Convite enviado pelo Sindicato Rural de Pato Branco e Faculdade de Pato Branco (Fadep), para o evento de premiação do Agrinho Intermunicipal 2014, dos Municípios que compreendem a base territorial desta entidade, que são Bom Sucesso do Sul, Itapejara D'Oeste, Mariopólis e Pato Branco, a ser realizado no dia 25 de novembro de 2014, às 14 horas, na Sociedade Rural de Pato Branco. Na sequência, foram lidos e deferidos os requerimentos dos senhores vereadores. Do vereador Enio Ruaro - PR, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requerendo seja oficiado ao Executivo Municipal, solicitando para que através do departamento competente, sejam instaladas placas indicando os nomes das ruas nos loteamentos Nossa Terra I e II. O pedido justifica-se, tendo em vista que o

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 748
Visto

loteamento supracitado não tem placas de indicação com os nomes das ruas, o que dificulta o trabalho do Correios, mercados, entre outros. Por isso pede-se urgência na execução deste serviço. Do vereador Enio Ruaro - PR, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requerendo seja oficiado ao Conselho Municipal de Transporte Coletivo (CMTC) e a empresa LP Transportes Coletivos, solicitando para que o transporte coletivo contemple os loteamentos Nossa Terra I e II, localizados no Bairro Sudoeste. O pedido justifica-se, tendo em vista que o loteamento supracitado não é contemplado com o transporte coletivo. Ressalta-se que o loteamento é habitado por sua maioria de idosos e pessoas doentes com problemas de locomoção. Por ser um loteamento que possui poucas ruas, pede-se para que esta solicitação seja analisada e realizada o mais breve possível. Do vereador José Gilson Feitosa da Silva - PT, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requerendo seja oficiado ao Executivo Municipal, solicitando para que através do departamento competente, informe sobre a falta de Neurocirurgião Pediátrico para atendimento na Secretaria Municipal de Saúde, bem como por qual razão não há laboratório conveniado com a Secretaria que realize o exame "BERA". O pedido se justifica devido a reclamação de uma mãe que solicita encaminhamento emergencial para realização de tal exame e consulta para sua filha e não consegue retorno há meses da Secretaria. Do vereador José Gilson Feitosa da Silva - PT, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requerendo seja oficiado à Rádio Itapuã - 890 AM do Município de Pato Branco, na pessoa do seu presidente Luiz Fernando Guerra e/ou do diretor executivo Ricardo Guerra, solicitando cópia na íntegra do programa do radialista Aldir Vendrusculo (Carrapicho) exibido no dia 12 de novembro de 2014, no qual foi realizada a entrevista com o diretor do Departamento de Trânsito de Pato Branco (Depatran), Esaú Borges Sampaio. Do vereador José Gilson Feitosa da Silva - PT, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requerendo seja oficiado ao Executivo Municipal, solicitando para que através da Secretaria Municipal de Saúde, apresente explicações e tome as devidas providências com relação ao tratamento dispensado ao Senhor Fortunato Marcomin, conforme relato do seu filho Valmor Marcomin. Do vereador Laurindo Cesa – PSDB, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fundamento nas Leis Municipais nº 4.207/2013, que instituiu o Programa de Desenvolvimento da Agricultura "PRODEAGRI"; e nº 3.276/2009, que instituiu o "Programa Porteira Adentro", requerendo seja oficiado ao Executivo Municipal, solicitando para que através do departamento competente, providencie com urgência cascalho e rolo compactador para melhorar o acesso à residência do Senhora Elisabeth Palaoro, moradora da Comunidade de Três Pontes. Dos vereadores Augustinho Polazzo – PROS, Claudemir Zanco – PROS e Guilherme Silverio – PROS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requerendo seja oficiado ao Executivo Municipal, solicitando para que através do departamento competente, viabilize a doação de um terreno para construção da Sede do Sindicato dos Servidores Municipais. Justifica-se o pedido atendendo solicitação do Presidente do Sindicato dos Funcionários Municipais. Dos vereadores Claudemir Zanco – PROS, Clóvis Gresele - PP, José Gilson Feitosa da

Câmara Mun de Pato Branco Fls 749 Visto

Silva - PT, Laurindo Cesa - PSDB e Raffael Cantu - PCdoB, membros da Comissão de Justiça e Redação, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fundamentos no disposto no § 1°, art. 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis, requerendo à Mesa Diretora apresentação de justificativa ao Projeto de Resolução n° 4/2014, que altera e revoga dispositivos na Resolução n° 16 de 8 de novembro de 2012, que dispõe sobre a participação de servidores efetivos, servidores comissionados e vereadores em cursos, congressos, seminários e eventos similares. Da mesma forma, com fundamento no § 4° do Parecer Jurídico desta Casa de Leis ao Projeto de Resolução n° 4/2014, requerendo seja juntada ao projeto cópia da recomendação do Controle Interno da Câmara Municipal no sentido de tornar desnecessária a apresentação do relatório do curso, exigindo-se apenas a apresentação do respectivo certificado após o retorno dos participantes. Dos vereadores Augustinho Polazzo - PROS, Claudemir Zanco - PROS, Clóvis Gresele - PP, Enio Ruaro - PR, Geraldo Edel de Oliveira - PV, Guilherme Sebastião Silverio - PROS, Laurindo Cesa - PSDB e Vilmar Maccari - PDT, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requerendo seja oficiado ao Executivo Municipal, convidando o Secretário Municipal de Administração e Finanças, Vanderlei José Crestani, para participar de uma sessão ordinária nesta Casa de Leis, em data a ser agendada na secretaria da Câmara, para que apresente a arrecadação do Departamento de Trânsito de Pato Branco (Depatran) e onde estão sendo aplicados estes recursos desde o ano de 2011 a 2014. As sessões ordinárias são realizadas nas segundas e quartas-feiras, com início às 18 (dezoito) horas. Dos vereadores Augustinho Polazzo - PROS, Claudemir Zanco - PROS, Clóvis Gresele - PP, Enio Ruaro - PR, Geraldo Edel de Oliveira - PV, Guilherme Sebastião Silverio - PROS, Laurindo Cesa - PSDB e Vilmar Maccari - PDT, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requerendo seja oficiado ao Executivo Municipal, indicando para que sejam criados, em caráter emergencial, pontos de venda dos cartões do Estacionamento Regulamentado (Estar) no comércio local, dando um bônus percentual sobre a venda para os revendedores como forma de incentivo no sentido de atender os usuários que necessitam de cartão, e também que seja substituído o fator "PRODUTIVIDADE" da avaliação funcional dos agentes de trânsito. Justifica-se este pedido para que todo usuário que necessite do cartão do Estar e, no momento de estacionar não encontre o agente de trânsito, possa adquirir o cartão no comércio local central, isentando-se desta forma de ser notificado quando o agente de trânsito fiscalizar seu veículo. Todas as proposições foram aprovadas por unanimidade dos vereadores presentes. Foi lida a Moção de Aplauso de autoria dos vereadores Augustinho Polazzo - PROS e Claudemir Zanco - PROS, subscrita pelos vereadores Clóvis Gresele - PP, Enio Ruaro - PR, Geraldo Edel de Oliveira - PV, Guilherme Sebastião Silverio - PROS, José Gilson Feitosa da Silva - PT, Laurindo Cesa - PSDB, Leunira Viganó Tesser - PDT, Raffael Cantu - PCdoB e Vilmar Maccari - PDT, a ser concedida a Marilene Meneguzzo Schnornberger, pela campanha de doação de medula óssea "Fazer o bem sem olhar a quem". Marilene Meneguzzo Schnornberger é funcionária do Estado do Paraná e trabalha no Detran. Foi chefe em diversas Ciretrans pelo

Câmara Mun de Pato Branco Fls 750 Visto

Estado e, atualmente, é Chefe da Ciretran de Pato Branco. É viúva do vereador Idemar Pedro Schnornberger. Aos 51 anos, após alguns exames, Marilene recebeu a confirmação de que estava com carcinoma mamário evasivo CA 15, grau citológico 2. Diagnosticado no dia 17 de junho de 2013, passou pela operação no dia 02 de julho e após 30 dias da cirurgia iniciou o tratamento com quimioterapia com o protocolo de quatro quimioterapias vermelhas e quatro brancas, realizadas de 21 em 21 dias. Passou por toda a dor e sofrimento vivenciada ou conhecida por muitos. A quimioterapia foi concluída em fevereiro de 2014 e em seguida já deu início a radioterapia, 32 dias com cinco aplicações diárias. Durante todo o tratamento se ausentou do trabalho o menos possível, apenas nos dias de maior mal estar. Nos demais, continuou com a força de vontade inabalável, seguindo sua rotina enquanto chefe, mãe, irmã e amiga. Atualmente faz quimioterapia oral diária com a duração do tratamento prevista em 10 anos. De três em três meses refaz toda uma bateria de exames para controle com uma equipe médica de oncologista, mastologista e radiologista. Todo o tratamento é realizado pelo Plano de Saúde do Governo do Paraná - SAS. Após passar pelo câncer e ainda em tratamento, conheceu de perto a realidade de quem passa pela doença, ficou solidária com o sofrimento que a mesma trás e percebeu que há um despreparo das pessoas em lidar com ela, em especial com a leucemia, pois há muitas campanhas em relação à prevenção do câncer de mama e de próstata, mas quase não há campanhas incentivando a doação de medula óssea. Como a maior faixa etária que sofre com esse tipo de câncer é a de crianças e adolescentes decidiu fazer algo para ajudar e promoveu a campanha "Corrente do Bem - Fazer o Bem Sem Olhar a Quem", que tem o objetivo de ajudar as famílias a encontrar doadores compatíveis para ajudar no tratamento da doença com o transplante de medula óssea. A campanha começou no dia 27 de setembro de 2014, inicialmente, com funcionários da Ciretran e amigos, mas logo tomou uma proporção inesperada. Funcionários das autoescolas, empresas, escolas, alunos de faculdades, pessoas de outros municípios e comunidade em geral aderiram à campanha e foram até o Hemocentro fazer o cadastro de doador de medula óssea. Até o momento mais de 900 pessoas já fizeram o cadastro, cujos dados ficam reunidos no banco de dados do REDOME, no Rio de Janeiro. Foi encontrado dentre os doadores da campanha uma pessoa compatível que já será um provável doador. A Câmara Municipal de Pato Branco reconhece e aplaude Marilene Meneguzzo Schnornberger pelo incentivo e luta na divulgação desta campanha, principalmente através das redes sociais, na busca de salvar vidas fazendo o bem sem olhar a quem. Não havendo novos projetos para serem lidos, foi concedida a palavra aos vereadores Guilherme Sebastião Silverio - PROS e José Gilson Feitosa da Silva - PT, inscritos no Grande Expediente. O vereador Guilherme Sebastião Silverio - PROS reafirmou que os vereadores não estão se furtando de investigar e tratar o tema que envolve suposta infração administrativa no que diz respeito ao Departamento de Trânsito do Município de Pato Branco (Depatran), porque nesta sessão o Legislativo aprovou mais dois requerimentos. O primeiro convoca o Secretário Municipal de Finanças para participar de uma sessão e esclarecer como é usado o

Câmara Mun de Pato Branco Fls 751

dinheiro arrecadado pelo Depatran. Disse que a normativa que criou o Estar impede que o dinheiro possa seja usado para outro fim que não ações direcionadas para o trânsito. O segundo requerimento, sugere ao Poder Executivo a criação de novos pontos para comercializar cartões do Estar. Em relação à informatização do Estar afirmou que o Legislativo vem trabalhando há mais de nove meses em pareceria com o Executivo. Um projeto-piloto está funcionando no município de Curitiba há mais de dois meses, e dentro das normativas legais deverá ser instalado em Pato Branco. Por uma questão contratual, a empresa estava obrigada a implantar o sistema primeiro em Curitiba. Para realizar o período de teste a empresa produziu 200 equipamentos idênticos aos que estão em funcionamento na capital. Voltou a reafirmar em seu pronunciamento que a Câmara não está se furtando em promover qualquer tipo de investigação, mas, por sua vez, os vereadores não concordam, compactuam com o que está acontecendo, a ideia de produzir muito para subir de nível. Lembrou que existem regras estabelecidas e lei que orienta como se deve processar a ascensão funcional e aplicação dos recursos arrecadados pelo Depatran. Salientou que é necessário ampliar o diálogo entre os gestores e o funcionalismo, ao lembrar que recentemente os vereadores se pronunciaram na defesa do diálogo "Executivo e seus funcionários". Elucidou que se sente na obrigação de esclarecer que não é que não venha ser criada uma CEI. A comissão não foi aberta no dia 17 de novembro de 2014, justamente, porque se quer oportunizar o direito ao contraditório, para em seguida anunciar oficialmente que está em andamento um projeto-piloto que visa informatizar o Estar. Em sua opinião, é importante investigar e julgar, porém, também é importante fazer coisas práticas, e é isso que o Legislativo está propondo, mudar a forma de controle do Estar. Outra proposta é a revisão da remuneração dos agentes de trânsito, revisão da capacitação, enfim, de todo o sistema, porque a proposta é a rotatividade na área do Estar. O vereador José Gilson Feitosa da Silva - PT lembrou que desde o ano de 2013 juntamente com vereador Raffael Cantu - PCdoB tem indicado para que o Executivo Municipal melhore o Estacionamento Regulamento (Estar). Citou como exemplo o Projeto de Lei n° 78/2014, de sua autoria, que acrescenta dispositivos à Lei n° 2504, de 9 de setembro de 2005, que institui o Estacionamento Regulamentado em vias e Logradouros públicos do Município de Pato Branco, o qual foi rejeitado neste Casa de Leis. Também notou que indicou um estudo para implantação de parquímetro na área do Estar para regulamentar o uso do espaço. Ainda ressaltou que foi contra a ideia de informatizar o Estar apresentada no ano de 2013 porque seriam gastos aproximadamente R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por mês com empresa para gerenciar o sistema. Concluiu que durante seu mandato está tentando contribuir para que o Estar seja o melhor possível, porém frisou que diante de supostas ilegalidades a Câmara não pode se furtar da sua missão de fiscalizar e investigar, assim justificou a proposição de uma Comissão Especial de Inquérito (CEI). Outro assunto abordado pelo vereador foi sobre seu requerimento aprovado nesta sessão, solicitando ao Executivo Municipal para que através da Secretaria Municipal de Saúde de Pato Branco apresente explicações e tome as

Câmara Mun de Pato Branco
Fls. 752
Visto

devidas providências com relação ao tratamento dispensado ao Senhor Fortunato Marcomin, conforme relato encaminhado por e-mail de seu filho Valmor Marcomin, que segue transcrito: "Gilson, o nome do meu pai é Fortunato Marcomin, nascido em 18/08/1922, portanto com 92 anos completos, casado, residente no Bairro Planalto, Pato Branco. Na semana passada o Senhor Fortunato começou a urinar vermelho, ou seja, com sangue durante vários dias. Na sexta feira pela manhã levei-o ao Pronto Atendimento, onde o médico pediu um exame de urina, o qual foi feito no mesmo dia no Posto de Saúde Central. Na sequência, lá pelas 18 horas encaminhei-o ao Pronto Atendimento Municipal acompanhado do referido exame. O Doutor que estava no Plantão achou por bem interná-lo no Hospital São Lucas. Isso se deu lá pelas 18 horas e 30 minutos. Ele passou a noite no Hospital e na manhã de sábado outro médico consultou-o e disse que o procedimento indicado deveria ser feito no ambulatório, e deu alta sem resolver o problema e sem dar nenhum papel ou encaminhamento para a solução do mesmo. Na segunda-feira cedinho nos dirigimos ao Posto de Saúde Central para dar continuidade ao tratamento, onde nos informaram que deveríamos começar tudo de novo, desta vez no Posto de Saúde do Bairro Planalto, passar por um Clínico Geral, depois por um Urologista, para então realizar o procedimento necessário. No Posto de Saúde do Bairro Planalto nos disseram que na terça-feira haveria um Médico Urologista que iria atender, porém o Posto estaria sem atendimento por questões internas. Enfim, já é quarta-feira, e o meu pai continua urinando com sangue, sem nenhuma solução. Como isso é possível? Cadê a prioridade para os Idosos? Hoje dia 19/11/2014 fui ao Posto de Saúde do Bairro Planalto às 06 horas e 20 minutos da manhã e já não havia mais ficha disponível para o médico, mesmo assim peguei uma senha para falar com a enfermeira. Mas por conta de um novo projeto, onde as crianças da escola fazem visita ou trabalho no posto, o atendimento ficou ainda mais lento, quando então tive que me impor e ser um pouco indelicado com os funcionários, para conseguir um encaminhamento até o Pronto Atendimento Municipal. Lá o meu pai passou pelo enfermeiro, e depois foi atendido e fez o procedimento necessário. Foram receitados remédios e que fosse feito uma tomografia do abdômen com contraste. Levei a requisição até o centro de saúde onde me informaram que só haverá novas liberações no início do próximo mês e que vão ligar avisando. A pergunta que não que calar é: Será que está certo? Será que é justo? Será que o Estatuto do Idoso na prática está sendo respeitado? Será que uma pessoa com idade tão avançada precisa percorrer caminhos tão longos e tortuosos para ter um atendimento médico?". O vereador José Gilson Feitosa da Silva - PT indagou se é esse mesmo o tratamento que a Secretaria de Saúde está dispensando para a população e que pediu que esses fatos sejam esclarecidos. Logo após, procedeu-se ao espaço destinado às lideranças partidárias. Fizeram uso da palavra os vereadores Raffael Cantu, líder do PCdoB; Claudemir Zanco, líder do governo municipal; José Gilson Feitosa da Silva, líder do PT; Enio Ruaro, líder do PR; Geraldo Edel de Oliveira, líder do PV; Vilmar Maccari, representando a liderança do PDT e Guilherme Sebastião Silverio, representando a liderança do PROS. O líder do PCdoB, vereador Raffael Cantu

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 153

teceu comentário sobre as colocações do Presidente da Câmara, Guilherme Sebastião Silverio - PROS, em relação a não abertura da CEI para investigar supostas irregularidades no Depatran. Disse que respeita, mas não concorda, pois várias evidências foram postas pela mídia e por esta Casa, embora apenas uma gravação não de condições de julgar, são elementos fortes e carece fazer uma investigação. Compreende o convite ao diretor do Depatran para participar desta sessão ordinária, contudo a CEI consegue sistematizar uma investigação. A abertura da CEI não está em momento algum julgando, mas sim recebendo os fatos e dando o devido encaminhamento e seriedade ao que foi posto. O líder do governo municipal, vereador Claudemir Zanco pontuou sobre as denúncias de supostas irregularidades no Depatran. Disse que ouviu o áudio totalmente e em nenhum momento o diretor do Depatran diz para multar alguém, somente explica como procedeu a avaliação dos servidores. Que alguns tinham nota maior outras menores e questionou alguns. Afirmou que existem vários problemas no Estar como não encontrar os agentes para comprar o cartão ou regularizar a situação. Por isso os estabelecimentos comerciais irão começar a vender os cartões e também será iniciado novo projeto de informatização do Estar, salientado que os vereadores da base se reunirão com o prefeito Augustinho Zucchi para debater a situação. Ressaltou que não foi desviado dinheiro e nem outros fatos que justifiquem a abertura de CEI. O líder do PT, vereador José Gilson Feitosa da Silva evidenciou que o Depatran arrecada por conta do trabalho, mas não é a sua finalidade, a finalidade é a rotatividade. Disse que o que se questiona é utilizar desse instrumento para arrecadar e por isso era importante investigar, reafirmando que com a CEI ninguém está dizendo que está acontecendo ou não, mas existem indícios e a população quer esclarecimentos. Nesse sentido, enfatizou que na próxima sessão ordinária reapresentará novo pedido para criação da CEI. O líder do PR, vereador Enio Ruaro reafirmou o que colocou nas últimas sessões ordinárias, de que primeiro deve-se dar a oportunidade ao Diretor do Departamento de Trânsito de Pato Branco (Depatran), Esaú Borges de Sampaio, para explicar a situação, salientando que todos têm o direito ao contraditório e depois decidir sobre a instauração de uma CEI. Cumprimentou o Presidente desta Casa, Guilherme Sebastião Silverio - PROS, pelo pronunciamento no Grande Expediente, procurando trazer uma solução para os problemas na questão do trânsito. O líder do PV, vereador Geraldo Edel de Oliveira parabenizou o Presidente desta Casa, Guilherme Sebastião Silverio - PROS, pelo pronunciamento no Grande Expediente, por que expressou o sentimento dos vereadores da base do governo municipal. Os vereadores tiveram posicionamento claro de que primeiro deve-se dar a oportunidade ao Diretor do Departamento de Trânsito de Pato Branco (Depatran), Esaú Borges de Sampaio, para explicar a situação, e depois decidir sobre a instauração de uma CEI. Assim os vereadores estão agindo com responsabilidade e tratando com seriedade o fato que aconteceu, sempre defendendo os interesses da população pato-branquense, buscando soluções para os problemas e não fazendo alarde sobre as situações. Representando a liderança do PDT, o vereador Vilmar Maccari ressaltou que com a informatização do Estar

será possível modernizar o Depatran e por isso os vereadores da base do governo municipal juntamente com o Poder Executivo estão preocupados com a modernização para proporcionar melhores condições de trabalho para os agentes e melhor prestação do serviço. Afirmou que os vereadores não estão se omitindo em relação à instauração de uma CEI para investigar possíveis irregularidades no Depatran, somente estão dando a oportunidade ao Diretor do Departamento de Trânsito de Pato Branco (Depatran), Esaú Borges de Sampaio, para explicar a situação, salientando que todos têm o direito ao contraditório. Representando a liderança do PROS, o vereador Guilherme Sebastião Silverio ressaltou que com todo esse turbilhão que está acontecendo envolvendo o Depatran quem mais sofre são os agentes de trânsito. Afirmou que espera o dia em que serão feitos discursos fervorosos em favor de melhores condições de trabalho para os agentes. Deixou claro sua posição em relação à instauração da CEI para investigar supostas irregularidades no Depatran, destacando que se devem separar as denúncias que são de improbidade administrativa das que são de ordem administrativa, e no caso do Depatran em seu entendimento é uma questão de ordem administrativa. Evidenciou que a reunião agendada com o prefeito Augustinho Zucchi será para tratar da informatização do Estar e também da fala do Esaú, porque os vereadores não concordam com essa forma de conduzir. Explicou a proposta do projeto de informatizar o Estar. A tecnologia da C-Park apresenta três módulos distintos para gerenciamento e controle de vagas. A unidade veicular é acionada e desligada através de apenas um botão. O equipamento tem um display que mostra o tempo de estacionamento e um código de segurança. Os agentes de trânsito farão a fiscalização das vagas através de um módulo portátil com impressora, no qual digitarão a placa do veículo e o código de segurança da unidade veicular, ativando e validando os créditos de estacionamento. Uma unidade central irá gerir os dados das unidades veiculares e dos módulos dos agentes. Para utilizar a tecnologia e receber uma unidade veicular, o motorista deverá fazer cadastro e adquirir créditos de estacionamento na unidade móvel da C-Park, que ficará estacionado pela região do projeto-piloto. O cadastramento e a compra de créditos poderão ser feitos junto aos agentes da empresa, devidamente identificados e alocados na região. Após o uso do espaço destinado as lideranças partidárias, passou-se ao espaço destinado à participação de convidados. Foi dada a palavra ao Diretor do Departamento de Trânsito de Pato Branco (Depatran), Esaú Borges de Sampaio, convidado pelos vereadores Augustinho Polazzo - PROS, Claudemir Zanco - PROS, Clóvis Gresele - PP, Enio Ruaro - PR, Geraldo Edel de Oliveira - PV, Guilherme Sebastião Silverio - PROS, José Gilson Feitosa da Silva - PT, Laurindo Cesa - PSDB, Raffael Cantu - PCdoB e Vilmar Maccari - PDT, através do ofício n° 553/2014, datado de 18 de novembro de 2014, oportunidade em que esclareceu os fatos e áudio apresentados pelo vereador José Gilson Feitosa da Silva - PT, na sessão ordinária do dia 12 de novembro de 2014, no espaço do Grande Expediente. Esaú Borges de Sampaio explicou as normas que regem o sistema de Estacionamento Regulamentado (Estar), com ênfase para a rotatividade e, ainda, o volume arrecadado com o estacionamento. Nos primeiros 10 meses de 2014, as

Câmara Mun de Pato Branco Fls 755 Visto

multas geraram um valor de R$ 496.676,26 (quatrocentos e noventa e seis mil, seiscentos e setenta e seis reais e vinte e seis centavos). Na comparação com o município de Francisco Beltrão, segundo o diretor do órgão, o valor é menor. Em Beltrão, no mesmo período, o montante soma mais de R$ 1 milhão. Argumentou que não está dizendo que em Beltrão tem indústria de multa. Disse que talvez eles estejam fiscalizando melhor do que Pato Branco, lembrando que, o Estar só gera multa quando o veículo estiver sem cartão e a situação não for regularizada em 10 dias. A multa é gerada quando for estacionado em uma vaga que não é permitida, por exemplo, vaga de deficiente. Articulou que não sabe quem achou que existe indústria de multa em Pato Branco. A acusação de improbidade administrativa não procede, e pediu que alguém procure se houve desvio de algum centavo do Depatran, se em algum momento houve favorecimento de alguém no departamento de trânsito. Ainda falou que espera que a prefeitura apure no âmbito do Depatran e puna quem tentou macular a sua imagem ao gravar o áudio e torná-lo público. Explicou sobre arrecadação e elevação de nível dos servidores, dos agentes de trânsito. Citou, por exemplo, que existe agente que fiscaliza um número muito maior de veículos do que outro, o que atesta que um agente está cumprindo com a sua função, mas o outro não. Sobre o sistema eletrônico para informatizar o Estar pautou que várias empresas apresentaram propostas para modernização do sistema, e que dentre elas, algumas tratavam do repasse de valores arrecadados pelo estacionamento regulamentado por porcentagem, o que demostrou ser contrário. Em seguida passou-se imediatamente a apreciação da ordem do dia: Aprovado em segunda discussão e votação, votação simples, com 9 (nove) votos e 1 (uma) ausência, o Projeto de Lei nº 284/2014, Mensagem nº 211/2014, que autoriza o Executivo Municipal abrir Crédito Especial para alterar valor de Programa do (PPA), alterar valor na (LDO) e aumentar por Excesso de Arrecadação por Fonte de Recurso Vinculada na LOA no exercício de 2014 na Secretaria Municipal de Meio Ambiente no valor de R$ 42.230,85 (quarenta e dois mil, duzentos e trinta reais e oitenta e cinco centavos) e dá outras providências. Aprovado em segunda discussão e votação, votação simples, com 9 (nove) votos e 1 (uma) ausência, o Projeto de Lei nº 291/2014, Mensagem nº 216/2014 que autoriza o Executivo Municipal abrir Crédito Especial para alterar valor de Programa do (PPA), alterar valor na (LDO) e suplementa por anulação valor de categoria econômica na (LOA) no exercício de 2014 no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) e dá outras providências. Aprovado em segunda discussão e votação, votação simples, com 9 (nove) votos e 1 (uma) ausência, o Projeto de Lei nº 292/2014, Mensagem nº 217/2014, que autoriza o Executivo Municipal abrir Crédito Especial para alterar valor de Programa do (PPA), alterar valor na (LDO) e aumentar por Superávit Financeiro do Exercício Anterior de Fonte de Recurso Vinculada na LOA no exercício de 2014 na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no valor de R$ 83.405,23 (oitenta e três mil, quatrocentos e cinco reais e vinte e três centavos) e dá outras providências. Aprovado em segunda discussão e votação, votação simples, com 9 (nove) votos e 1 (uma) ausência, o Projeto de Lei nº 293/2014, Mensagem nº 218/2014, que autoriza o Executivo Municipal abrir

Câmara Mun de Pato B
Fls 156
VISTO

Crédito Especial para alterar valor de Programa do (PPA), alterar valor na (LDO) e aumentar por Superávit Financeiro do Exercício Anterior de Fonte de Recurso Vinculada na LOA no exercício de 2014 no valor de R$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) e dá outras providências. Aprovado em segunda discussão e votação, votação simples, com 9 (nove) votos e 1 (uma) ausência, o Projeto de Lei nº 295/2014, Mensagem nº 220/2014, que autoriza o Executivo Municipal abrir Crédito Especial para alterar valor de Programa do (PPA), alterar valor na (LDO) e aumentar por Superávit Financeiro do Exercício Anterior de Fonte de Recurso Vinculada na LOA no exercício de 2014 na Secretaria Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos no Valor de R$ 12.332,07 (doze mil trezentos e trinta e dois reais e sete centavos) e dá outras providências. Aprovado em segunda discussão e votação, votação simples, com 9 (nove) votos e 1 (uma) ausência, o Projeto de Lei nº 297/2014, Mensagem nº 221/2014, que autoriza o Executivo Municipal abrir Crédito Especial para alterar valor de Programa do (PPA), alterar valor na (LDO) e suplementa por anulação valor de categoria econômica na (LOA) no exercício de 2014 na Secretaria Municipal de Agricultura no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) e dá outras providências. Aprovado em primeira discussão e votação, votação simples, com 9 (nove) votos e 1 (uma) ausência, o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 290/2014, Mensagem nº 212/2014, que autoriza o Executivo Municipal abrir Crédito Especial para alterar valor de Programa do (PPA), alterar valor na (LDO) e aumentar por Superávit Financeiro do Exercício Anterior de Fonte de Recurso Vinculada na LOA no exercício de 2014 na Secretaria Municipal de Engenharia Obras e Serviços Públicos no valor de R$ 45.544,58 (quarenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos)e dá outras providências. Aprovado em primeira discussão e votação, votação simples, com 9 (nove) votos e 1 (uma) ausência, o Projeto de Lei nº 294/2014, Mensagem nº 219/2014, que autoriza o Executivo Municipal abrir Crédito Especial para alterar valor de Programa do (PPA), alterar valor na (LDO) e aumentar por Superávit Financeiro do Exercício Anterior de Fonte de Recurso Vinculada na LOA no exercício de 2014 na Secretaria Municipal de Administração e Finanças no Valor de R$ 71.365,21 (setenta e um mil trezentos e sessenta e cinco reais e vinte e um centavos)e dá outras providências. Aprovado em primeira discussão e votação, votação simples, com 9 (nove) votos e 1 (uma) ausência, o Projeto de Lei nº 303/2014, Mensagem nº 226/2014, que autoriza conceder subvenção social ao Instituto Prosdócimo Guerra - IPG. Aprovado em primeira discussão e votação, votação simples, com 9 (nove) votos e 1 (uma) ausência, o Projeto de Lei nº 304/2014, Mensagem nº 226/2014, que autoriza conceder subvenção social a APMF - Colégio Estadual São João. Aprovado em primeira discussão e votação, votação simples, com 9 (nove) votos e 1 (uma) ausência, o Projeto de Lei nº 306/2014, Mensagem nº 226/2014, que autoriza conceder subvenção social a FUNDABEM - Fundação Patobranquense do Bem-Estar. Aprovado em primeira discussão e votação, votação simples, com 9 (nove) votos e 1 (uma) ausência, o Projeto de Lei nº 307/2014, Mensagem nº 226/2014, que autoriza conceder subvenção social a Associação de Pais e Amigos dos

Câmara Mun de Pato Fls 157 Visto

Excepcionais de Pato Branco. Ausente na sessão e consequentemente na discussão e votação dos projetos constantes na presente ordem do dia a vereadora Leunira Viganó Tesser - PDT. Finda a ordem do dia, Sérgio Augusto Alende Rodrigues usou a Tribuna Livre, oportunidade em que expôs a situação dos moradores do Bairro Cristo Rei em virtude das obras do viaduto na Avenida Tupi e Rua Tocantins. Reclamou da sinalização colocada no local pelo Departamento de Trânsito (Depatran) e do excesso de multa ocorrida após a alteração de algumas vias em decorrência do desvio para a construção do viaduto. Registrou que procurou o Depatran para reivindicar melhorias e foi mal atendido e não teve nenhum esclarecimento. Também arguiu que protocolou pedido na Secretaria Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos para resolver a situação e há mais de três meses não obteve resposta satisfatória. Em sua opinião afirmou que existe a indústria de multa em Pato Branco, e disse que solicitou aos Correios que demonstre os dados das postagens de todas as multas emitidas pelo Depatran no ano de 2014, onde comprovará que existe a indústria de multas. Com relação à gravação de áudio de uma conversa entre o chefe do Departamento Municipal de Trânsito de Pato Branco (Depatran), Esaú Borges de Sampaio, e os agentes de trânsito, observou que houve assédio moral. Por fim, pediu aos vereadores Geraldo Edel de Oliveira - PT e Vilmar Maccari - PDT atenção à ideologia partidária dos partidos que fazem parte, para que assinem a CEI para investigar supostas irregularidades no Depatran. Ainda disse que se o exposto não for suficiente para instalar uma CEI desde já garantiu que o Ministério Público do Estado Paraná será notificado desta ação da Câmara. Dando continuidade, passou-se ao espaço das explicações pessoais. Fizeram uso da palavra os vereadores Raffael Cantu - PCdoB e José Gilson Feitosa da Silva - PT. O vereador Raffael Cantu - PCdoB pontuou sobre a exposição feita pelo Diretor do Departamento de Trânsito de Pato Branco (Depatran), Esaú Borges de Sampaio, afirmando que alguns esclarecimentos foram feitos e outros apenas reafirmaram a preocupação com as gravações. Lembrou que a modernização do Estar tem sido debatida desde o ano de 2013, inclusive propôs uma audiência pública a qual os demais vereadores foram contrários. Em relação ao projeto de informatização do Estar disse que ser for um projeto somente para beneficiar uma empresa e prejudicar a população é absolutamente contrário. Ainda ressaltou que faltam incentivos na área da tecnologia para que Pato Branco de fato seja um polo tecnológico. O vereador José Gilson Feitosa da Silva - PT reafirmou que irá reapresentar o pedido de CEI e que ficou claro na breve exposição do Diretor do Departamento de Trânsito de Pato Branco (Depatran), Esaú Borges de Sampaio, que não houve tempo suficiente para as perguntas serem respondidas e todas as dúvidas esclarecidas. Questionou o tratamento dispensado pelo Depatran aos cidadãos pato-branquenses, pois há muita morosidade em responder solicitações e quando respondem é de forma inadequada. Ressaltou que caso não seja instaurada a CEI nesta Casa de Leis irá providenciar expediente para enviar ao Ministério Público do Trabalho por conta do assédio moral, e ao Ministério Público Estadual para averiguar todas as questões elencadas. Em relação ao projeto de informatização do Estar disse que é favorável se o projeto

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 758
Visto

não for para beneficiar uma empresa e arrancar recursos do Município de Pato Branco. Não havendo mais vereadores interessados em fazer o uso da palavra, e nada mais a ser tratado, foi encerrada a sessão. Lavramos a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelos de competência.

Pato Branco, 19 de novembro de 2014.

Guilherme Sebastião Silverio
Presidente

Geraldo Edel de Oliveira
1° Secretário

Câmara Mun de Pato Branco
Fls. 759
Visto

Vereadores presentes na Sessão Ordinária do dia 19 de novembro de 2014.

Augustinho Polazzo-PROS

Claudemir Zanco-PROS

Clóvis Gresele-PP

Enio Ruaro-PR

Geraldo Edel de Oliveira-PV

Guilherme Sebastião Silverio-PROS

José Gilson Feitosa da Silva-PT

Laurindo Cesa-PSDB

AUSENTE

Leunira Viganó Tesser-PDT

Raffael Cantu-PC do B

Vilmar Maccari-PDT